

Propostas da diretoria da Adusp para revisão da Progressão Horizontal

A Diretoria da Adusp, tendo em vista o disposto no artigo 21 da Resolução 5.927, de julho de 2011 — “O processo de avaliação de progressão na carreira docente, constante desta resolução, deverá ser reavaliado pelo Conselho Universitário em 2 anos” — submete à consideração dos colegas cinco propostas de mudança na Progressão Horizontal, resultantes de intensos debates na categoria.

As propostas incluem a descentralização do processo; o julgamento qualitativo e global das atividades dos candidatos, por bancas constituídas no âmbito das unidades, sem concorrência entre os candidatos; e a eliminação de um dos níveis de Professor Associado (leia no quadro a totalidade das propostas e seu teor).

A Diretoria da Adusp considera que essas propostas atenuariam alguns dos principais equívocos e irregularidades evidenciados no procedimento atual de progressão horizontal, nos resultados do primeiro processo de avaliação realizado em 2012. Neste sentido, recupera as discussões sobre a democratização da carreira docente na USP, travadas sobretudo após a década de 1980.

Carreira. É de ampla aceitação que qualquer estrutura de carreira contemple níveis que reflitam a evolução profissional em uma determinada área acadêmica ou técnica. No que concerne às universidades, a formação continuada e a titulação são marcos fundamentais destas transições, daí sua vinculação aos níveis da carreira. Além disto, uma estrutu-

ra adequada de carreira deve tornar viável, a todos os que preenchem os quesitos compatíveis, alcançar o cargo mais elevado.

Na USP, as modificações feitas na carreira a partir dos anos 1980 parecem não guardar essa perspectiva. Até a Estatuinte de 1988, a carreira contemplava cinco níveis¹: Professor Assistente, Professor Assistente Dr., Professor Livre Docente, Professor Adjunto e Professor Titular. Após a Estatuinte, a carreira passou a ter apenas três níveis²: Professor Doutor, Professor Associado e Professor Titular. Recentemente, após a introdução dos níveis horizontais, foram criados os degraus adicionais de Professor Doutor 2, Professor Associado 2 e Professor Associado 3. A carreira passou a ter, então, seis níveis, um a mais do que os cinco



Propostas

1. Descentralizar o processo, substituindo o atual procedimento de inscrição e julgamento pelo sistema de editais semestrais regularmente publicados para as diferentes áreas, em todas as unidades da USP.
2. Julgamento qualitativo e global das atividades desenvolvidas pelo candidato nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e engajamento institucional, bem como no projeto pedagógico-científico da unidade e/ou departamento (inerentes ao RDIDP e RTC). Este julgamento será feito por bancas constituídas no âmbito das unidades, que avaliarão o candidato por meio de prova única de defesa pública de memorial, não havendo concorrência entre os candidatos, sendo considerados aptos a progredir todos os que foram recomendados pela maioria da banca, sem que possam ser estabelecidos indicadores relativos a quantidade ou proporção de aprovados.
3. Eliminar um dos níveis horizontais da categoria de Professor Associado mantendo, para aquele que permanecer, as atuais prerrogativas previstas para o nível de Professor Associado 3.
4. Retirar a previsão do interstício preferencial de 5 anos para cada ascensão aos diferentes níveis.
5. Manter explícita a possibilidade de progressão vertical, sem necessidade de prévia progressão horizontal.

Assembleias da Adusp

30 de abril, 3ª feira
Auditório Jacy Monteiro/IME

16h30 - Ordinária

- Relatório anual
(diretoria e tesouraria)

17h00 - Extraordinária

- Campanha de data-base
- Progressão horizontal
- Eleição do Reitor

existentes na década de 1980.

A estrutura em vigor, ao prever a “recomendação” de 5 anos de permanência em cada nível, estendeu em demasia o tempo necessário para que se possa atingir o topo. Um docente que ingresse na carreira relativamente jovem, com cerca de 30 anos, levaria no mínimo 25 anos para poder se apresentar a um concurso para Professor Titular! Mesmo essa possibilidade talvez não se materialize, já que a carreira permanece fechada no topo. A existência de uma vaga de titular, como sabemos, depende de diversas variáveis e injunções.

Regressão. Os mecanismos de progressão estabelecidos pela Resolução 5.927, de 2011, representam uma regressão em relação aos poucos aspectos nos quais a luta pela democratização e racionalização da carreira obteve avanços após a Estatuinte de 1988, como por exemplo, a descentralização e regularidade na abertura de editais de concurso de livre-docência em todas as áreas. Esta maior mobilidade encontrou oposição de setores da universidade, que passaram a tentar efetuar o controle centralizado e produtivista da atividade docente por intermédio da Comissão Central de Regimes de Trabalho (CERT). Nos anos 1990 e anos iniciais da década seguinte, esta Comissão passou a exigir dos docentes em regime probatório — e mesmo de recém concursados que, inicialmente contratados pela universidade como “precários”, já haviam cumprido o probatório — relatórios com foco em publicações. Passou também a punir,

com mudanças de regimes de trabalho, reinserção no regime probatório, desligamento e nova inclusão no RDIDP (e outros procedimentos coercitivos, intimidatórios e ilegais) todos os que não cumprissem seus critérios totalmente arbitrários. Neste período, vários colegas deixaram, silenciosamente, os quadros da USP para não serem publicamente taxados como “improdutivos”.

Em 2002, após contundentes denúncias desta situação, a luta coletiva contra este estado de coisas logrou frear e fazer retroagir o controle centralizado. Na ocasião, após abrir canais de diálogo e negociação com a Adusp, o então reitor, professor Adolpho Melfi, encaminhou ao Conselho Universitário, que os aprovou, os fundamentos da Resolução 4.928/2002, que modificou o Regimento Geral da USP de 1990, sob o entendimento de que “a avaliação quinzenal da produção individual dos docentes é matéria de responsabilidade primeira das Unidades, conforme o disposto no artigo 104 do Estatuto”. Explicitou-se assim, no Regimento, que a avaliação individual dos docentes cabe às unidades, e não a qualquer comissão central, externa a elas.

O que vivemos hoje, no processo de progressão horizontal, é mais uma tentativa de tirar das unidades a prerrogativa da avaliação individual de seus docentes, delegando esta tarefa às Comissões de Avaliação Setorial (CAS) e à Comissão Central de Avaliação Docente (CCAD).

Outros desvios. O processo em curso trouxe ainda outros desvios, como a previsão de

que a CCAD tenha o poder de decidir “em última instância”, o que viola o previsto no artigo 254³ do Regimento Geral em vigor; o sigilo de manifestações de pareceristas e relatores, em flagrante desacordo com a previsão de transparência e publicidade dos atos da administração pública; o duplo trâmite dos pedidos de reconsideração no âmbito das CASs; e, por consequência, o sentimento geral de intimidação que processos discriminatórios sempre suscitam.

A proposta de realizar a avaliação para progressão horizontal por meio de bancas, com defesas públicas, permite resgatar o cumprimento do Estatuto vigente, no que se refere à avaliação individual, e possibilita a superação dos problemas acima mencionados. Mais ainda, a alegação de suposta inviabilidade desta proposta em função da demanda reprimida já não se sustenta, na medida em que os processos já concluídos promoveram um grande número de colegas.

Mesmo convencidos de que a implementação dos níveis horizontais na carreira carece de legitimidade, imposta que foi de modo açodado e autoritário, entendemos que a oportunidade aberta pela revisão das normas em vigor após dois anos, prevista na Resolução 5.927, deva ser aproveitada para retomar essa discussão e sugerir modificações que permitam, ao menos, subordinar o modelo aos princípios da administração pública, buscando aproximá-lo do *ethos* desejado para uma carreira universitária.

Neste contexto e por esses motivos, a diretoria da Adusp submete a debate as propostas aqui publicadas.

Notas

1 Auxiliares de Ensino, o primeiro degrau das categorias docentes, era função desvinculada da carreira.

2 Os cargos ocupados por Professores Assistentes passaram a constituir cargos em extinção e a categoria, juntamente com os Auxiliares de Ensino, desvinculada da carreira; extinguiu-se a função de Professor Adjunto, enquadrando-se a partir de então todos os Livre Docentes como Professores Associados.

3 Artigo 254 – O recurso contra decisões dos órgãos executivos e colegiados será interposto pelo interessado, no prazo máximo de dez dias, contados da data de ciência da decisão a recorrer.

§ 1º – O recurso formulado por escrito, ao órgão de cuja decisão se recorre, deve ser fundamentado com as razões que possam justificar nova deliberação.

§ 2º – O órgão recorrido poderá, no prazo de dez dias, reformular sua decisão, justificadamente, ou mantê-la, encaminhando o recurso ao órgão hierarquicamente superior.

§ 3º – O prazo referido no parágrafo anterior não se aplica aos órgãos colegiados, que deverão apreciar o recurso na primeira reunião após sua apresentação.

§ 4º – Caso haja pedido de vistas na reunião do colegiado, o recurso deverá ser apreciado, obrigatoriamente, na reunião subsequente.

§ 5º – Na hipótese do parágrafo anterior, situações excepcionais serão decididas pelo presidente do colegiado.

§ 6º – O recurso poderá ter efeito suspensivo, a juízo do colegiado recorrido.

Campanha de data-base 2013 e eleição para reitor

A pauta unificada de data-base de 2013, elaborada pelo Fórum das Seis e aprovada com modificações pelas entidades, foi protocolada em 16/4/2013, juntamente com a solicitação de que fosse estabelecido um calendário para as negociações entre Fórum e Cruesp, com a sugestão de que a primeira reunião ocorresse na semana de 22 a 26/4, antecedendo a data-base, que é 1º de maio. Isso não ocorreu. O Fórum reivindica um reajuste de 11% que visa a recompor a inflação do período de junho de 2012 a maio de 2013, além de uma pequena recompo-

sição de perdas salariais históricas. A pauta, não se limita à questão salarial, trata também de condições de trabalho, de liberdade de organização e manifestação, permanência estudantil, entre outros temas. Está disponível em <http://goo.gl/trVd2> a íntegra da pauta.

A presidência do Cruesp passou na última semana para o reitor recém-nomeado da Unicamp, professor José Tadeu Jorge, que já ocupou esse cargo no período 2005-2009. Tadeu Jorge encabeçou a lista tríplice encaminhada ao governador Geraldo Alckmin, após ter sido

o primeiro colocado em consulta à comunidade. É de se esperar que a postura do Cruesp em relação à pauta encaminhada seja mais respeitosa do que em anos anteriores, nos quais os reitores limitaram-se a anunciar o índice de reajuste, recusando-se a discutir com o Fórum as demais reivindicações. No entanto, só a mobilização e organização das categorias pode garantir uma negociação efetiva das nossas reivindicações.

Aqui na USP, as eleições para reitor ocorrerão no segundo semestre e precisamos discutir

como a entidade interferirá no processo, tema também pautaado para nossa assembleia de 30/4. Afinal, Unifesp e Unicamp têm hoje reitores respaldados pela comunidade. Até quando a USP se submeterá a um processo de indicação para reitor absolutamente antidemocrático, que não cumpre sequer o previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação? Até quando veremos a Reitoria ocupada por representantes do governo estadual na universidade, e não por representantes da universidade junto ao governo estadual e à sociedade?

Adusp renova diretoria e Conselho de Representantes

Nos dias 27, 28 e 29 de maio, a Adusp realizará eleição para renovar sua diretoria e o Conselho de Representantes (CR). O edital foi afixado em todas as unidades da USP em que haverá eleição, e está sendo publicado nesta edição (leia nesta página).

A diretoria da Adusp é bastante enxuta, com apenas quinze cargos, não cabendo a ela contemplar a representação direta dos docentes de todas as unidades. Essa é função do CR, onde todas as unidades podem se fazer representar, desde que haja docentes dispostos a exercer esse papel — o que, infelizmente, nem sempre acontece, mas é uma meta a ser atingida.

“A Adusp pode representar melhor os interesses da categoria se estiver em contato com a base representada; um dos canais para que os docentes se façam presentes no sindicato, participando direta e ativamente nas suas decisões é o CR”, afirma a professora Kimi Tomizaki, atual representante da Faculdade de Educação. “Portanto, é fundamental que os docentes de todas as unidades estejam representados no CR e possam, assim, apresentar suas demandas à Adusp, receber informações diretas sobre as ações da entidade, sobre os problemas de outras unidades, enfim, participar do cotidiano do sindicato”.

Presença. “Entendo ser de extrema importância os docentes de uma unidade se fazerem representar na Adusp por um colega disposto a exercer este papel, principalmente porque é uma oportunidade de se ter uma via direta entre a unidade e a Associação”, diz o professor Luiz Jorge Pedrão, representante da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto e ex-diretor da Adusp. “Tem-se a presença constante da Adusp dentro da unidade e vice-versa, propondo uma aproximação que busca a articulação dos movimentos de ambos os lados, no modo de conduzir as questões de diversas procedências nos seus diferentes níveis de complexidade”.

Ambos assinalaram, como elementos de sua experiência pessoal como representantes, o convívio e a oportunidade de discutir, com colegas das outras unidades, questões de grande importância para a universidade e para a sociedade. “Para mim tem sido uma vivência

muito rica, de aprendizado e troca de informações e experiências com colegas de diferentes unidades da USP, que reforça a necessidade de organização da categoria docente em torno de uma pauta concreta de defesa dos nossos di-

reitos e da universidade pública e de qualidade”, comenta Kimi.

“Destaco também, devido à responsabilidade de uma participação adequada, a minha busca constante por informações e aprendizados para contribuir efe-

tivamente com o CR e representar minha unidade com serenidade e humildade no que diz respeito ao entendimento das questões, manifestações, solicitações e movimentos de um modo geral”, acrescenta Pedrão.

Edital de Convocação para Eleição da Diretoria e Conselho de Representantes da Adusp-S.Sind.

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da Adusp-S.Sind. para a eleição de diretoria e membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2013, das 9h00 às 21h00. Cada unidade deverá realizar a votação em pelo menos dois dos três dias acima indicados. As inscrições das chapas para diretoria e dos candidatos ao CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp situada à Rua Dr. Êrnani da Gama Correia, 498, Butantã. O prazo para inscrição de chapas para a diretoria se encerrará no dia 17 de maio de 2013, às 18h30, e para inscrição dos candidatos ao CR em 24 de maio de 2013, às 18h30.

São Paulo, 18 de abril de 2013.

Heloisa Daruiz Borsari
Presidente da Adusp-S.Sind.

Unidades que deverão eleger representantes:

1. Centro de Biologia Marinha (CEBIMAR)
2. Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA)
3. Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH)
4. Escola de Comunicações e Artes (ECA)
5. Escola de Educação Física e Esporte (EEFE) – (suplente)
6. Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP)
7. Escola de Enfermagem (EE)
8. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) – (titular)
9. Escola de Engenharia de Lorena (EEL)
10. Escola de Engenharia de São Carlos (EESC)
11. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ)
12. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)
13. Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP)
14. Faculdade de Direito (FD) – (suplente)
15. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)
16. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP)
17. Faculdade de Educação (FE)
18. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP)
19. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
20. Faculdade de Medicina (FM)
21. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP)
22. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) – (suplente)
23. Faculdade de Odontologia (FO)
24. Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB)
25. Faculdade de Saúde Pública (FSP)
26. Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA)
27. Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais (HPRLLP)
28. Hospital Universitário (HU)
29. Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU)
30. Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG)
31. Instituto de Biociências (IB)
32. Instituto de Ciências Biomédicas (ICB)
33. Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC)
34. Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE)
35. Instituto de Estudos Avançados (IEA)
36. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
37. Instituto de Física de São Carlos (IFSC)
38. Instituto de Geociências (IGc)
39. Instituto de Medicina Tropical de São Paulo (IMT)
40. Instituto de Psicologia (IP)
41. Instituto de Química (IQ)
42. Instituto de Química de São Carlos (IQSC)
43. Instituto de Relações Internacionais (IRI)
44. Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE)
45. Museu de Arte Contemporânea (MAC)
46. Museu de Zoologia (MZ)
47. Museu Paulista (MP)

Até agora, maioria das congregações rejeita Pimesp

No dia 18/4, encerrou-se o prazo para manifestações das congregações das unidades da USP sobre o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp). No entanto, a julgar pelo levantamento realizado pela Adusp, o número de unidades que já tomou posição é reduzido. Solitação da Adusp sobre o teor das deliberações, remetida em 27/3 a todas as 42 unidades, foi respondida por apenas dez delas, até o fechamento desta edição.

Além das congregações, encaminharam à Adusp suas posições oficiais sobre o Pimesp três departamentos: os de Biologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP); Ciências Biológicas da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB); e Ciências Básicas da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA).

O Instituto de Química de São Carlos (IQSC) foi a única unidade a se mostrar oficialmente favorável ao Pimesp, por considerar que “a grande virtude desta proposta é a inclusão com mérito”. O texto admite, porém, que “houve um único debate sobre cotas para ingresso na universidade”, realizado durante reunião extraordinária da Congregação no dia 28/3.

Na Faculdade de Saúde Pública (FSP) e no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação de São Carlos (ICMC) ocorreram debates no âmbito da Comissão da Graduação, das comissões estatutárias e dos conselhos de departamento. No ICMC, também foi realizada uma reunião de todos os docentes. Só depois dessas etapas, no dia 28/3, a Congregação da unidade fez sua reunião para debater o tema. “As discussões mostraram grande preocupação com relação a vários pontos da referida proposta”, diz a manifestação que, dentre outras coisas, questiona “a natureza, finalidade e efetividade do ICES [Instituto Comunitário de Ensino Superior, previsto no Pimesp]”.

Alternativa. A Congregação da Escola de Educação Física e Esportes (EEFE) recomenda que o Conselho Universitário (Co) crie “uma comissão que, no prazo de 90 dias, apresente proposta alternativa ao Pimesp”. A mesma medida sugere a Congregação do Instituto de Geociências (IGc), que se reuniu em 20/3. Para ela, o projeto alternativo poderia ser elaborado por meio da sistematização das manifestações das unidades, tarefa indicada ao Conselho de Graduação (Cog). “Os resultados desse trabalho deverão ser amplamente divulgados para que as unidades tenham visão do conjunto previamente à reunião do Conselho Universitário que decidirá sobre o tema”.

Reunida em 5/4, a Congregação da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) queixou-se do tempo “muito curto” para manifestação das unidades, e elencou diferentes comentários críticos ao Pimesp, inclusive o de que “não reflete a experiência das ações afirmativas consolidadas nas universidades federais”; porém concluiu manifestando-se favoravelmente “ao aprimoramento e extensão” do Inlusp e do Pasusp, ressaltando que os critérios para ingresso no ensino superior devem ser embasados em mérito acadêmico e não em qualquer critério que beneficie uma ou outra classe étnica [sic].

Na FZEA a posição da direção contrasta com a do Departamento de Ciências Básicas da unidade. Enquanto, por meio de ofício encaminhado à Adusp em 4/4, a diretoria diz não ter “o que informar a respeito”, o departamento demonstra ter opinião: “Observou-se, diante de várias dúvidas relacionadas à proposta do Pimesp, que a mesma deve ser detalhada e aperfeiçoada, visando seu cotejamento com outras políticas afirmativas instituídas em Universidades públicas brasileiras e as propostas oriundas dos movimentos sociais relacionados à temática”, diz texto originado de

uma reunião departamental que debateu o assunto.

Mais prazo? O balanço das manifestações sugere que mais tempo seria necessário para que todas as instituições se debruçassem sobre a proposta. No fim das contas, o relaxamento do prazo está acontecendo de maneira informal: “A Reitoria já recebeu as análises da grande maioria das Unidades. Algumas, que não conseguiram enviar ainda, solicitaram [nova] prorrogação de prazo, de acordo com seus cronogramas internos, no que foram atendidas”, admite a assessoria de imprensa da Reitoria, em mensagem enviada ao *Informativo Adusp*. Após a etapa de recebimento dos comentários das unidades, “o assunto será levado para deliberação do Cog e, posteriormente, ao Co”. Não há datas previstas para deliberação desses colegiados.

O Instituto de Matemática e Estatística (IME) e Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) são exemplos de unidades que avançaram nas discussões, mas, até o fechamento desta edição, não divulgaram um posicionamento oficial. “[Na reunião da Congregação de 3/4], nós decidimos que somos contra o Pimesp”, afirma Francisco Javier Hernandez Blazque, vice-diretor da FMVZ. Procurado pelo *Informativo Adusp*, o diretor Ortolani, responsável pela consolidação das observações, informou que o documento já seguiu para a Reitoria, mas preferiu não revelar seu teor. “Não sei se poderíamos fazer esse tipo de divulgação, precisaria consultar a minha congregação”, declarou por telefone.

Reportagem publicada no dia 12/4 pelo jornal *O Estado de S. Paulo* informa que a Escola Politécnica e as faculdades de Direito e Medicina estão entre aquelas que rejeitaram o projeto do governo paulista. “As unidades se posicionaram favoravelmente à adoção de uma política de cotas, que imponha metas a serem alcançadas, mas não como o

Pimesp projetada”, diz o texto. Contudo, os diretores dessas unidades, procurados pelo *Informativo Adusp*, não responderam às tentativas de contato.

Trechos. A seguir, reproduzimos alguns excertos dos documentos de congregações:

“Do ponto de vista acadêmico, o projeto é ambíguo e leva à confusão com relação à sua finalidade: trata-se de um curso pré-universitário, intermediário entre ensino médio e universitário (“college”), de um curso pós-médio (Darcy Ribeiro), ou mesmo de um curso de escola de ensino médio ministrado pela universidade?”

Congregação do IP, reunida em 5/4

“No Pimesp, precisamente, é pouco convincente a conexão entre os seus propósitos com o que já se consagrou em termos de políticas afirmativas, e parece mesmo ser contraditória com o objetivo — que, ao ver desta faculdade, deveria ser o principal neste momento — de diminuir as dificuldades de acesso direto às nossas universidades estaduais”.

Congregação da FFLCH, reunião em 21/3, plenária em 15/4

“A eventual criação de uma nova instituição estadual de ensino superior, de caráter semi-presencial, bem como a eventual criação de novas modalidades de organização do ensino superior, devem ser objeto de avaliação e debate específicos, sem se confundir com o tema, importante e estratégico, das políticas afirmativas em geral e das cotas em particular”.

Congregação do IAU de São Carlos, reunida em 13/3

“Os principais argumentos que embasam as posições contrárias são: ... 3) o Pimesp poderá aumentar a discriminação, não oferece maiores garantias de permanência dos estudantes selecionados no ensino superior e propõe um atendimento muito reduzido em face ao número de vagas necessárias”.

Congregação da Esalq, reunida em 21/3

Assembleias da Adusp

30/4, 3ª feira, Aud. Jacy Monteiro (IME)
16h30 Ordinária | 17h Extraordinária

Agressão contra mulheres na assembleia dos estudantes

“Tentei apartar a confusão e nisso levei um soco”, relata Sâmia Bonfim, estudante de Letras e diretora do DCE

Realizada em 11/4 no prédio de História e Geografia da FFLCH, a última assembleia geral dos estudantes não chegou ao seu fim. Uma briga entre militantes do Partido da Causa Operária (PCO), diretores do DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme e uma parte do plenário culminou na agressão, supostamente por um membro do PCO, à estudante Sâmia Bonfim (Letras), diretora do DCE e militante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); na derrubada e quebra de uma caixa de som da entidade; e, por fim, na suspensão da assembleia.

A hostilidade começou durante os informes, mais precisamente no momento em que Sâmia lia uma carta elaborada pela Frente Feminista da USP para denunciar situações de machismo sofridas e relatadas por ela própria. “Alguns dias depois da última Assembleia Geral dos estudantes da USP, ocorrida no dia 14 março e que foi conduzida por duas mulheres e um homem, diretores do DCE, uma das componentes da mesa relatou um caso de machismo vindo de um estudante bastante ativo no Movimento Estudantil. O militante do

PCO André Sarmento encontrou-a nos corredores da FFLCH e disse coisas como ‘da próxima vez, coloca um homem na mesa que garante melhor’ e ‘não é porque você é mulher que eu não posso partir pra cima’”, dizia trecho da carta.

Antes que conseguisse chegar ao fim da leitura, Sâmia foi interrompida por membros do PCO, que exigiam direito de resposta. Segundo uma aluna de Letras presente à assembleia e que não quis se identificar, nesse momento os militantes do PCO foram em direção à mesa e fizeram menção de tomar o microfone. “A mesa não deu direito de resposta, porque não se pode pedir isso antes de a fala ser finalizada”, comenta essa estudante.

A movimentação deflagrou uma discussão entre diretores do DCE e os militantes do PCO. “Tentei apartar a confusão e nisso levei um soco”, conta Sâmia ao *Informativo Adusp*. Ela não viu quem lhe deu o golpe. “Mas as pessoas que viram dizem que não foi o André, mas algum [outro] membro do PCO”, completa. Pedro Serrano, diretor do DCE e estudante de Ciências Sociais,

acredita que a agressão não foi casual. “Foi uma militante que já vinha sendo perseguida quem levou o soco no olho”.

Machismo. “Quem impediu a continuidade da assembleia geral dos estudantes foi o PCO, seus métodos e, sobretudo, o machismo”, afirma o DCE em nota de repúdio ao ocorrido. “Para o DCE-Livre da USP, os estudantes que reproduzem tais práticas, marcadamente os ativistas do PCO citados nessa nota, não devem mais encontrar espaço no movimento estudantil da USP”.

Questionados sobre o tom segregacionista do trecho, membros do DCE esclarecem que a entidade tentou tratar das perseguições machistas de forma política e ampla, levando o debate para a assembleia por meio da leitura da carta do grupo feminista. “É claro que o DCE não tem poder para decidir que partido participa ou não do espaço político na USP, isso não está no nosso alcance. Mas não podemos admitir que estudantes sejam coagidos no movimento estudantil simplesmente por serem mulheres”, diz Serrano.

Artigo publicado no site do PCO, dias antes da assembleia frustrada, afirma que a acusação de Sâmia é caluniosa: “Trata-se de uma amea-

ça para tentar intimidar os militantes do PCO e usar o suposto caso de machismo para, sobre essa base, impedir que se dê uma disputa na assembleia geral, que é o que de fato está em jogo no caso”.

Procurado pelo *Informativo Adusp*, o estudante André Sarmento não respondeu às solicitações. A direção da FFLCH não comentou o episódio.

Nota da Adusp

A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo repudia a prática, por militantes do movimento estudantil, de agressões verbais e físicas que tiveram e têm como alvo diretoras do DCE-Livre “Alexandre Vannucchi Leme”.

A Adusp considera inaceitável a violência no meio universitário, em especial entre estudantes, e particularmente entre militantes políticos. O machismo presente nas agressões cometidas é um agravante que merece ser denunciado e repellido pela comunidade universitária.

A Adusp entende que divergências políticas devem ser mediadas pelo diálogo e pelo funcionamento democrático das instâncias e fóruns dos movimentos sociais. Violência e machismo só interessam ao conservadorismo, ainda hegemônico na sociedade brasileira.

Após Marcha de 24/4, entidades são recebidas no Planalto

Depois da realização da Marcha a Brasília, que reuniu mais de 20 mil trabalhadores na Esplanada dos Ministérios em 24/4, representantes das entidades organizadoras do ato, que compõem o Espaço de Unidade e de Ação, foram recebidos pelo secretário-executivo da Secretaria Geral da Presidência da República, Diogo de Sant’ana, para tratar da pauta de reivindicações da manifestação, protocolada mais de um mês atrás no Executivo.

José Maria de Almeida, da CSP-Conlutas, pontuou os principais temas para os quais os movimentos esperam uma resposta do governo federal, como a flexibilização das leis trabalhistas, retirada de direitos dos apo-

sentados, fator previdenciário, reforma agrária, concessão de benefícios fiscais ao empresariado, criminalização dos movimentos e assédio moral no serviço público, entre outros.

Ele cobrou de Sant’ana uma agenda com o ministro Gilberto Carvalho, ausente por viagem ao exterior, para que houvesse um aprofundamento no debate e abertura de negociações com o Espaço de Unidade e de Ação, que representa uma parcela expressiva da classe trabalhadora brasileira.

10% do PIB. Luiz Henrique Schuch, 1º vice-presidente do Andes-SN, ressaltou que quatro pontos essenciais deveriam

voltar à pauta de discussão com a Secretaria da Presidência: a discussão sobre uma política efetiva de financiamento permanente para a educação pública tomando como referência a aplicação imediata de 10% do PIB para o setor; a precarização das Instituições Federais de Ensino; a desestruturação da carreira dos docentes das federais, imposta pelo governo através da Lei 12.772/2012; e a tentativa do governo de privatizar os órgãos públicos que tratam dos serviços sociais, seja pela via de transferir a gestão para empresas como a Ebserh ou pela retomada, no Congresso, do Projeto de Lei Complementar 92/2007, que visa a instituir fundações estatais, de

direito privado, para administração do serviço público.

No dia 25/4, em reunião da coordenação nacional da CSP-Conlutas, a presidente do Andes-SN, Marinalva Oliveira, observou que a presença de 20 mil pessoas na Marcha resultou do esforço das articulações em cada Estado, e mostrou que os trabalhadores estão organizados para resistir aos ataques do governo: “Ontem os trabalhadores disseram não a essa política econômica, que retira direitos da classe trabalhadora para dar isenção ao capital, às opressões que têm ocorrido, à criminalização dos movimentos sociais. O governo vai precisar sentar e discutir, porque a força do movimento está grande”.

Docentes indicados para Comissão da Verdade reúnem-se na Adusp

No dia 25/4, reuniram-se na sede da Adusp os professores indicados pela entidade para compor a Comissão da Verdade da USP (CV-USP), que, como noticiado no *Informativo Adusp* 361, aguarda apenas a aprovação do Conselho Universitário (Co) para se efetivar. Conforme proposta encaminhada à Reitoria em 21/2/13, a CV-USP contaria com três representantes titulares e três suplentes de cada um dos segmentos: estudantes de graduação, de pós-graduação, funcionários, e administração central. Estes últimos indicados pelo Co, e todos os restantes por suas respectivas entidades.

Na ocasião, estiveram presentes Amábilis Xavier Rodrigues Manço (FMRP), Fábio Konder Comparato (FD), Maria Helena Souza Patto (IP), Pedro Paulo Chieffi (FMUSP) e Zilda Iokoi (FFLCH). Inesperados problemas familiares impediram a participação, antes confirmada, da professora Marilena Chauí (FFLCH).

A Adusp esteve representada pelos professores Heloisa Borsari (presidente), César Minto (1o vice-presidente), Elisabetta Santoro (2a vice-presidente) e Francisco Miraglia.

Fórum Aberto. A professora Elisabetta relatou alguns dos



Rogério Yamamoto

passos da campanha por uma Comissão da Verdade da USP, empreendida pelo Fórum Aberto pela Democratização da USP e lançada em junho de 2012, colocando os colegas a par do processo como um todo. Ressaltou que a instalação da CV-USP depende agora apenas da aprovação pelo Co da proposta apresentada pelo Fórum que, antes disso, precisaria tramitar pela Procuradoria-Geral da USP e, em seguida, pela Comissão de Legislação e Recursos (CLR).

No entanto, segundo a última informação de que dispomos, a proposta estaria ainda no Gabinete do Reitor. Em função disso, o

Fórum havia solicitado, para 25/4, uma reunião com os docentes indicados pela Reitoria, à qual compareceriam, além de representantes do Fórum, os membros eleitos pelas categorias para compor a CV-USP. Não foi possível realizar a reunião na data proposta, mas ela está agora agendada para dia 14/5, às 16h.

Antes disso, os docentes indicados pela Adusp propõem que os representantes eleitos pelas categorias se reúnam, para acertar a redação final da proposta de resolução a ser aprovada pelo Co, que criará a CV-USP, a partir da minuta encaminhada pelo Fórum à Reitoria.

Greve nacional pela valorização da Educação

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e seus sindicatos filiados realizaram, entre 23/4 e 25/4, uma greve nacional para debater com a sociedade brasileira a importância da valorização dos trabalhadores em educação, como condição essencial para a conquista do direito à educação de qualidade.

A pauta da greve: 100% dos royalties do petróleo para a educação; pagamento conforme a Lei do Piso do Magistério (lei 11.738, de 2008), carreira e jornada compatíveis; 10% do PIB para a educação e aprovação imediata do Plano Nacional da Educação (PNE); profissionalização dos funcionários da educação. Outro item da pauta, a adesão do governo à Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi finalmente contemplado na semana anterior

à greve.

Um ato público em defesa da educação foi realizado em 24/4, na entrada do anexo II da Câmara dos Deputados. Em 25/4 as lideranças da categoria foram recebidas pelos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Renan Calheiros e Henrique Eduardo Alves, e tiveram audiências com o secretário executivo do MEC, Henrique Paim, e o relator do PNE, senador José Pimentel.

O pagamento do valor da remuneração instaurado pela Lei Nacional do Piso do Magistério ainda é desrespeitado por vários estados brasileiros: Alagoas, Amapá, Bahia, Maranhão, Piauí, Paraná, Rondônia e Rio Grande do Sul. Outros 14 estados só cumprem parcialmente a lei, desconsiderando a hora-atividade,

de, que deve representar no mínimo 1/3 da jornada de trabalho do professor.

Salários dignos, tempo para preparo de aulas, correção de trabalhos, atendimento de pais ou responsáveis (além da necessidade de boa infra-estrutura das unidades escolares) são essenciais, se o país pretende garantir educação de boa qualidade para todos. No que diz respeito às condições de funcionamento das escolas, cabe lembrar que laboratórios e bibliotecas são peças de ficção. Quanto às últimas, a Lei 12.244/2010 prevê apenas que os sistemas de ensino “deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares” até 2020! É dessa forma que o país irá garantir ensino de qualidade em todo o território nacional?

No plebiscito, 60 mil recusam a Ebserh

Quase 63 mil pessoas ligadas a instituições de educação e saúde federais e a universidades estaduais votaram no plebiscito nacional sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) realizado pelo Andes-Sindicato Nacional (Andes-SN) entre os dias 2/4 e 19/4. O resultado mostra que 60.341 pessoas — 95,93% dos 62.899 votos depositados nas urnas — dizem “não” à implantação da Ebserh, ao passo que 2.269 (3,60%) optam pelo “sim”. Os votos em branco ou nulos foram 289 (0,45%).

Empresa estatal de direito privado, vinculada ao MEC, a Ebserh foi criada pela Lei 12.550/2011 e está sendo implantada pelo governo federal como novo modelo de administração dos hospitais universitários (vide *Informativo Adusp* 361, p.3).

Na USP, 896 pessoas votaram. Dessas, 890 manifestaram-se contra a Ebserh. Houve apenas um voto em branco. Dentre as unidades que participaram do plebiscito, a Faculdade de Odontologia de Bauru se destacou com 464 votantes.

“Quando se estabelece o debate, a comunidade universitária e os usuários do SUS rejeitam a adesão das universidades a esta empresa que, ao contrário do propagado pelo governo, fere a autonomia da universidade, privatiza um espaço público e precariza as relações de trabalho com os servidores”, diz trecho de ofício encaminhado pelo Andes-SN ao ministro da Educação, Aloizio Mercadante, no qual se informa o resultado do plebiscito.

No documento, entidades sindicais, estudantis e organizações sociais cobram do governo a extinção da Ebserh, bem como “dotação orçamentária e a imediata abertura de concurso público para o quadro permanente das universidades”.